

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 03/2022

SESSÃO SOLENE REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL

- Presidente:** - *Francisco José Esteves*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **10.30 Horas**
- Outras presenças:** - A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues* e pelos Senhores Vereadores:
- *Carlos Duarte Travanca*
 - *Vítor Manuel Correia*
 - *Orlando Ferreira Pires*
 - *Francisco José Clemente Sousa*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
 - *Nélia Alexandra Pires Pinheiro*
- Local da Reunião:** - **Auditório do Centro Juvenil Salesiano de Mirandela**

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Vamos dar início à Sessão Solene do 25 de Abril da Assembleia Municipal de Mirandela, aproveito para cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Secretário, Senhora Presidente da Câmara Municipal, respetivo Executivo, Senhores Deputados Municipais e as Entidades Cívicas, Militares e Religiosas presentes.

Antes dos Pontos, passo a informar que o Município de Mirandela tem, na noite de hoje, um Teatro alusivo ao 25 de Abril, gostava muito de contar com a presença dos Senhores presentes, os convites para o evento encontram-se junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, que serão entregues no final da Sessão.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Diana Delfina Santos Costa* é substituída pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

O Senhor Deputado *Virgílio António Barbosa Tavares* é substituído pelo Senhor Deputado *António Manuel Neto Gouveia*;

O Senhor Deputado *Carlos Rafael de Sousa Carvalho* é substituído pelo Senhor Deputado *João Luís Belchior Tomé Pilão*;

A Senhora Deputada *Camila Padrão Fraga* é substituída pelo Senhor Deputado *Carlos Alberto Pinheiro Esteves*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas *Rui António Assis Melo* é substituído pela Senhora Secretária *Bruna Alexandra Caseiro Cavalaria*;

O Senhor Deputado *Manuel Agostinho Beça de Sousa* é substituído pelo Senhor Deputado *Luís António Santos Tomé*.

Informar os Senhores Deputados que, relativamente ao expediente, o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Registo de Faltas.

Diana Delfina Santos Costa, Virgílio António Barbosa Tavares, Carlos Rafael de Sousa Carvalho, Camila Padrão Fraga, Rui António Assis Melo, Manuel Agostinho Beça de Sousa, Sandra Cristina Bento Gomes, Ilda Maria Veiga Fernandes, Manuel Maria Nogueira Fontes, Eurico José Lopes Montanha de Moraes Carrapatoso, Duarte José Ruivo, Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso e Joaquim António Moraes Clemente.

Apresentaram justificação de Faltas:

- Diana Delfina Santos Costa: Sessão de 25 de abril de 2022.
- Virgílio António Barbosa Tavares: Sessão de 25 de abril de 2022.
- Carlos Rafael de Sousa Carvalho: Sessão de 25 de abril de 2022.
- Camila Padrão Fraga: Sessão de 25 de abril de 2022.
- Rui António Assis Melo: Sessão de 25 de abril de 2022.
- Manuel Agostinho Beça de Sousa: Sessão de 25 de abril de 2022.
- Sandra Cristina Bento Gomes: Sessão de 25 de abril de 2022.
- Ilda Maria Veiga Fernandes: Sessão de 25 de abril de 2022.
- Manuel Maria Nogueira Fontes: Sessão de 25 de abril de 2022.
- Eurico José Lopes Montanha de Moraes Carrapatoso: Sessão de 25 de abril de 2022.
- Duarte José Ruivo: Sessão de 25 de abril de 2022.
- Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso: Sessão de 25 de abril de 2022.
- Joaquim António Morais Clemente: Sessão de 25 de abril de 2022.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

Ordem do Dia

1 - Sessão Solene do 25 de Abril.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Senhores representantes de Instituições Sociais, das Forças de Segurança e da Igreja, Comunicação Social e Público presente, meus amigos de Mirandela.

“Tinham os Romanos um Deus com dois rostos: com um olhava o passado, com outro espreitava o futuro. Chamavam-lhe *Jano*, o Deus das duas faces, que guardava Roma, lá do alto de uma das suas colinas.

Vim aprendendo, à medida que os acasos da fortuna me fizeram aprender com o tempo e a história, a simbologia desta divindade que os Romanos fizeram seu guardião. E aprendi, também, neste percurso, que a única atitude sensata perante a história é a de *Jano*.

É, afinal, o que se pede a cada um de nós: os pés no presente, um olhar lançado sobre o passado, que é a nossa raiz, outro olhar lançado sobre o futuro, que é o nosso rumo. Essa foi, de resto, a atitude daqueles que mais marcaram a história do mundo e da Europa. Lembro-me, sobretudo, dos que estiveram nos alicerces da idade moderna, os prodigiosos homens e mulheres da Europa dos séculos XV e XVI – quanto mais descobriam o passado, mais afirmavam o presente, mais projetavam o futuro.

E esse futuro somos nós.

Vale a pena sublinhar essa atitude, hoje, o tempo que parece ser de todas as encruzilhadas, de todas as dúvidas, de todas as angústias, de todas as incertezas.

Faz sentido, desde logo, porque nos leva à reavaliação das raízes; e essas são a nossa identidade, o sangue e a seiva que carregamos connosco desde que rosto temos.

Uma identidade feita de caminhos vários e nem sempre lineares. Uma identidade feita de mulheres e homens onde o herói se mesclou com o vilão, onde o grandioso caminhou paredes meias com o fracasso, onde a altivez fez percurso lado a lado com a humildade.

Porque os caminhos da História estão longe de ser lineares, simples, uniformes; são, antes, complexos, ínvios, traiçoeiros, plenos de encruzilhadas e de sendas sem destino certo.

E, afinal, é também esse passado que hoje celebramos; não para nele narcisicamente nos revermos, mas para, a partir dele, nos reconstruirmos.

Não pretendo iludir nas roupagens da retórica os sinais dos tempos de crise e incerteza que são os nossos.

Mas ocorreu-me, por acaso, deitar mão do nosso poeta maior, *Adolfo Correia da Rocha (Miguel Torga)*, ele que evitava agitação e publicidade, e se mantinha longe de movimentos políticos e literários, não dava autógrafos, nem dedicatórias.

Assim retratava o poeta:

Livre não sou, que nem a própria vida

Mo consente.

Mas a minha aguerrida

Teimosia

É quebrar dia a dia

Um grilhão da corrente.

Livre não sou, mas quero a liberdade.

Trago-a dentro de mim como um destino.

E vão lá desdizer o sonho do menino

Que se afogou e flutua

Entre nenúfares de serenidade

Depois de ter a lua!

Portugal e os portugueses renasceram há 48 anos para a liberdade e para a democracia, para os direitos e para os deveres.

Hoje é dia de comemarmos, para que nunca esqueçamos, o dia 25 de Abril, a **revolução dos Cravos**, que em 1974 depôs o regime ditatorial e implantou o regime democrático que me permite – como mulher, profissional e cidadã livre e empenhada na sua terra - falar nesta Sessão Solene.

Esse dia veio trazer-nos a liberdade.

A liberdade da qual já não prescindimos e que por isso temos a obrigação de cuidar.

A liberdade de expressão que devemos cultivar e proteger da insinuação, da ofensa gratuita e agora, mais do que nunca, das proclamações absolutas do populismo.

A liberdade de votarmos que devemos exercer e incentivar a que todos a exerçam, começando pelos jovens.

A liberdade que nos impõe o avanço sem demoras na igualdade de género até que deixe de ser tema e o mérito passe a ser o único critério.

A liberdade de não desistirmos, 48 anos depois, de construirmos um país cada vez mais desenvolvido, onde este progresso é medido pela felicidade dos portugueses.

Reunidos em Sessão Solene da Assembleia Municipal e perante os autarcas que, na sua divergência de opiniões e sensibilidades, aqui se reúnem, não posso deixar de assinalar uma outra conquista de Abril: o poder local democrático.

Este poder democrático, plural, honesto, íntegro e que me orgulho de pertencer e que saúdo com particular emoção a gratidão a todos, **SIM A TODOS**, sem exceção, que diariamente enfrentam a realidade e numa forma educada, serena e construtiva suportam o nosso futuro.

A cidadania livre e democrática é, pois, um caminho permanente.

Temos de ter a consciência de que a vida livre e democrática é uma descoberta, que se desvenda a cada dia que passa. Assim como não há Repúblicas ideais, também não há democracias ideais. São feitas por Homens. Com virtudes e com defeitos. Com homens e com mulheres que se enganam e que têm dúvidas. Mas, que têm a coragem para seguir em frente. Para caminhar e medir. Para corrigir o que estiver mal. E fazer mais e melhor. Para fazer escolhas. Essas escolhas são feitas de acordo com valores e com princípios.

É nos valores e nos princípios constitucionalmente consagrados que devemos encontrar a resposta para as dúvidas e as inquietações do quotidiano.

Assim somos e prosseguiremos.

Minhas senhoras e meus senhores,

Mirandela fez-se nas múltiplas encruzilhadas da História, à custa da grandeza de alma de suas gentes. Assim nos demos à admiração de outras regiões, de outras cidades, de outros povoados. Assim fomos crescendo, entalados entre grandezas vizinhas, sem nunca perdermos a nossa identidade. Moldámo-nos em provas de fogo, como no fogo se molda o vidro.

É essa a nossa essência.

É essa a nossa raiz.

Só pode ser essa a semente do nosso futuro.

Assim saibamos nós merecer o passado que hoje evocamos.

Assim saibamos nós merecer aqueles que hoje homenageamos.

Assim saibamos nós merecer a história que hoje estamos a construir.

Muito obrigada!”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres **JOSÉ CABANAS** (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Representantes das Instituições, Comunicação Social e Público presente.

“Em nome do Grupo Municipal de Independentes, inicio esta intervenção por felicitar a mesa da assembleia e todos os envolvidos na organização desta Sessão Solene da Assembleia Municipal, comemorativa do 25 de Abril, pois é a primeira vez que se realiza, não existindo nos mandatos anteriores esta tradição em Mirandela.

E, como uma das formas de fazer perdurar e transmitir os valores de Abril, é precisamente comemorando-o, aqui estamos nós a fazê-lo.

Parabéns pela iniciativa.

Estamos hoje aqui a comemorar os 48 anos após o 25 de Abril de 1974, dia em que às primeiras horas da manhã os militares de vários ramos das Forças Armadas, ocuparam pontos estratégicos na capital portuguesa, com o objetivo de derrubar o regime Salazarista.

AA
AB
7/12

Este ano, celebramos o dia em que a nossa democracia se sobrepõe à longevidade do regime ditatorial do passado. Apesar de muitos de nós, que estamos hoje aqui presentes, já termos nascido e crescido em liberdade, não nos podemos esquecer dos anos em que a liberdade de expressão era inexistente e a imprensa era completamente dominada pelo lápis azul da censura.

Dos anos em que os movimentos estudantis de resistência eram intensos, durante os quais vários alunos do ensino superior foram presos, torturados e alguns deles até mesmo assassinados.

Dos anos em que os jovens (alguns deles os nossos pais) eram obrigados a partir para África no combate a uma guerra em condições desumanas, regressando alguns com graves mazelas físicas e psicológicas ou até mesmo sem vida.

Dos anos caracterizados pelas taxas mais elevadas de analfabetismo da Europa e onde a pobreza da população era extrema.

Dos anos em que milhares fugiram do país clandestinamente devido à perseguição política e em busca de melhores condições de vida.

O 25 de Abril de 1974 foi assim um ponto de viragem relativamente a mentalidades, ideais e claro, de regime político. No fundo um intenso leque de contribuições para uma sociedade livre, com liberdade de expressão e pensamento.

A democracia que hoje temos não é um regime perfeito, e provavelmente nunca o será, lutar por uma melhor democracia é algo que cabe a todos nós fazê-lo, seja no nosso dia-a-dia, seja em manifestações cívicas, seja no voto em eleições livres e democráticas, sendo este último um dos maiores direitos que a revolução de Abril nos trouxe.

Os movimentos extremistas aumentam quase exponencialmente em todo o mundo e põem em risco a nossa liberdade coletiva e individual. Não podemos deixar destruir um trabalho de décadas à conta de ideologias que julgam que os problemas da democracia se resolvem com o seu combate massivo.

As democracias parecem estar ameaçadas, num retrocesso histórico que nos aproxima ou relembra da realidade sombria de um passado onde ninguém deveria querer voltar.

Uma prova bem evidente da ameaça à democracia são as notícias que nos chegam todos os dias relativas à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, sendo este último impedido da sua liberdade, soberania e independência. Vemos imagens horríveis e devastadoras, de um ataque deliberado aos militares, mas também aos inocentes, onde as pessoas são privadas da sua liberdade, onde aqueles que se manifestam são presos ou mortos, simplesmente um cenário que julgávamos ser impossível na atualidade.

Nestes 48 anos de democracia, muitas coisas foram feitas, na habitação social, na criação do Serviço Nacional de Saúde, na Segurança Social, na criação de vias, na eletrificação, no abastecimento de água e no saneamento, na modernização da Administração Pública e na ciência, todos eles progressos marcantes ocorridos na Democracia, mas muito existe ainda para fazer.

Enfrentamos nestes últimos dois anos, uma pandemia inesperada que determinou o confinamento generalizado do país, com as consequências sociais e económicas que todos conhecemos. Agora que a pandemia parece dar tréguas abre-se um horizonte de redobrada esperança, onde é tempo de investir, criar postos de trabalho, relançar o turismo, investir na educação, diminuir as desigualdades e a fragmentação social e muito, muito mais...

Senhora Presidente D.^a *Júlia Rodrigues* esperamos que assim seja, que o concelho de Mirandela saiba aproveitar a conjuntura política em que o Município e o Governo gozam de uma maioria estável e tenha a capacidade de elaborar atempadamente um conjunto de projetos com maturidade suficiente, de modo a serem candidatados aos fundos disponíveis através do Plano de Recuperação e Resiliência Português, o famoso (PRR), para que Mirandela possa dar um passo gigante no desenvolvimento e não ficar esquecida no interior deste país.

Como diz no célebre verso de Grândola Vila Morena de *Zeca Afonso*, o qual serviu de mote à revolução dos cravos “*o povo é quem mais ordena*”, é com esse espírito de Abril que deveremos continuar a dedicar-nos à causa pública, quer na Assembleia Municipal, na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia, lutando pela melhoria das condições de vida da população, contribuir para um futuro onde a liberdade, a democracia e a igualdade de direitos continuem a ser os grandes pilares da nossa sociedade.

Viva o 25 de Abril! 25 de Abril sempre!

Viva Mirandela

Viva Portugal!”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Quase seis milhões de portugueses nasceram depois de 25 de Abril de 1974. Não viveram Abril, não viveram a Revolução, mas têm-na em si gravada, presente nas suas vidas, por muito que haja quem queira apagar a memória e negar o que Abril nos trouxe.

A instauração de uma ditadura fascista em Portugal durante 48 anos, deixou marcas profundas na sociedade portuguesa. Foram anos de obscurantismo, de repressão, de cerceamento das liberdades mais básicas.

Foram décadas da nossa vida coletiva em que ao povo foi imposto um regime por via da força, do medo, da fome, da miséria, da morte. 48 anos de atraso civilizacional. Mas o fascismo foi mais que um regime de opressão, foi também a expressão organizada do poder de Estado ao serviço dos monopólios e dos grandes agrários que sujeitavam os trabalhadores e o povo à exploração e o País ao atraso.

O fascismo marcou de forma profundamente negativa o desenvolvimento do País: a generalidade do povo português passava fome; não tinha assistência na doença; a taxa de mortalidade infantil era das mais altas na Europa; a escola era apenas para alguns, os mais ricos ou pequenas franjas que conseguiam romper o bloqueio no acesso à educação escolar; havia desemprego em larga escala e a exploração era de tal dimensão que muitos pagaram com a própria vida o risco de trabalhar; ir para a guerra colonial era uma etapa anunciada na vida de cada jovem; os direitos das mulheres não existiam; os direitos no trabalho só se conquistavam com a tenacidade e a força da luta reivindicativa; a liberdade de organização era profundamente condicionada, ou não existia.

Quem se opunha ao regime fascista, quem lutava pela liberdade e a democracia, pela melhoria das condições de vida, pela paz estava sujeito à repressão, à discriminação, à prisão e à morte.

AA
AB.
7/12

Ao longo desses 48 anos de escuridão houve um povo que resistiu, mas também um Partido que desde sempre esteve, como hoje, na defesa dos interesses nacionais, dos direitos de quem trabalha, da liberdade e da democracia, contra a guerra e pela Paz. Um Partido que se orgulha de ser obreiro da Revolução de Abril e dos seus valores: o Partido Comunista Português.

Com a Revolução de Abril, que comemoramos hoje aqui, abriu-se caminho à liberdade e à democracia. A libertação de Portugal do fascismo foi obra de uma revolução antifascista e que operou profundas transformações progressistas na sociedade portuguesa. Foi uma revolução Democrática e Nacional.

A Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Assembleia Constituinte em 1976, é o retrato do que foi a transformação revolucionária de Abril. E define os elementos e princípios fundamentais do Estado português.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Foi nesse período de significativos avanços, resultado da força emanada da vontade popular, que se conquistaram direitos sociais, políticos, económicos e culturais: liberdades de imprensa, de associação e reunião, de manifestação; organização democrática do Estado; nova estrutura económica libertada dos grandes grupos monopolistas; realização da Reforma Agrária; criação do Serviço Nacional de Saúde, o ensino básico e universal, obrigatório e gratuito e o estabelecimento progressivo da gratuidade de todos os graus de ensino na escola pública; estabeleceu-se o Salário Mínimo Nacional, os aumentos dos salários, atualização das pensões e abono de família, redução dos horários de trabalho, criação do subsídio de desemprego, proibição dos despedimentos sem justa causa, subsídio de férias, o subsídio de natal e o estabelecimento para as mulheres de licença no período de maternidade; a limitação das rendas; o fim da guerra colonial e conseqüente independência dos povos e países submetidos ao colonialismo; institucionalizou-se o poder local democrático; conquistou-se o acesso e a democratização da cultura; combateu-se o analfabetismo; deram-se passos fundamentais na defesa da soberania nacional, com as nacionalizações dos sectores estratégicos, a reforma agrária, o controlo operário.

Muitas destas profundas transformações progressistas foram primeiro concretizadas na prática e só posteriormente legitimadas pelo poder. Para isso foi determinante o amplo movimento de luta e reivindicação da classe operária, dos trabalhadores e das massas populares.

Tantos avanços, tantas conquistas. Sucessivos governos da responsabilidade do PS, PSD, CDS e a política de direita efetuada por estes, no processo contra revolucionário que dura desde 1976 até aos dias de hoje, têm vindo a desferir ataques a essas conquistas. Ataques consagrados e institucionalizados por sucessivas alterações à Constituição da República de 1976, visando criar condições para o restabelecimento do domínio do capital monopolista, com a privatização de setores estratégicos da economia, a que se somaram a eliminação e subversão de direitos conquistados pelo povo português, a liquidação de direitos dos trabalhadores com o conseqüente aumento da exploração, a facilitação dos despedimentos, a generalização dos vínculos precários, sucessivas violações do direito à greve, limitações da organização sindical e intervenção sindical nos locais de trabalho, bem como a liquidação de direitos sociais, com o ataque ao Serviço Nacional de Saúde e à Escola Pública, e negação do acesso à Justiça. Décadas de política de direita que ficam marcadas pela entrega de serviços públicos ao setor privado e à sua ganância pelos lucros, mas também pela degradação da democracia política e a promoção de projetos reacionários e fascizantes, pela instalação do compadrio e da corrupção no aparelho de Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assinalado o momento em que já vivemos mais dias de liberdade depois da Revolução, do que o tempo que durou o fascismo em Portugal. Assinalável data que, para lá do tempo, requer ter presente que a liberdade não é palavra vã e que a defesa do regime democrático e da Constituição da República que o consagra, impõe que os democratas se empenhem nesse objetivo.

Ao iniciar-se o programa de comemorações oficiais dos 50 anos da Revolução de Abril, em que vão começar iniciativas oficiais, pelo que vai sendo conhecido, corre-se o sério risco de reescrever a história, branquear o passado fascista, denegrir a Revolução de Abril, justificar e absolver a política antidemocrática da contra revolução que conduziu o País à situação atual.

As próximas comemorações promovidas pela comissão dos 60 anos da luta estudantil de 24 de Março de 1962 é bem o exemplo que justificam estes alertas, quando omitem ou procuram ocultar o papel do PCP na organização da luta estudantil.

As comemorações deste ano da Revolução de Abril, assumem um particular relevo e deverão constituir uma forte afirmação da validade dos ideais de Abril, de defesa do regime democrático consagrado na Constituição da República, de luta pela liberdade, a democracia e a paz.

Hoje, como sempre, cá estaremos para dar o nosso contributo para a unidade dos democratas e patriotas, para a unidade dos trabalhadores e do povo na luta pelas suas condições de vida, afirmando o Ideal Comunista, de transformação social, dos direitos e liberdades, da luta por uma política alternativa Patriótica e de Esquerda, por uma Democracia Avançada vinculada aos valores de Abril, na luta pelo Socialismo. Uma política alternativa que tem por objetivos centrais a valorização dos salários e pensões, a valorização das carreiras e profissões e a defesa dos direitos de quem trabalha, a promoção e valorização da produção nacional e a recuperação para o controlo público dos sectores e empresas estratégicas, defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, designadamente o direito à educação, à saúde e à proteção social, adoção de uma política fiscal que desagrave a carga sobre os rendimentos dos trabalhadores e das pequenas e médias empresas e tribute fortemente os rendimento do grande capital, os lucros e a especulação financeira, que rejeite a submissão às imposições do euro e da União Europeia recuperando para o País a sua soberania e independência nacional.

Estes milhões de portugueses que nasceram depois do 25 de Abril exigem que a riqueza seja distribuída de forma justa, permitindo uma vida digna a todos, contra a acumulação obscena de alguns, muito poucos, que fogem aos impostos e à justiça ao mesmo tempo que dizem que "não é tempo para reivindicar".

O povo português precisa de um Estado ao seu serviço, que cumpra a missão de desenvolver o país, elevar as condições de vida, alcançar o pleno emprego, repartir a riqueza e afirmar a soberania.

Travamos a batalha pela defesa dos valores mais humanos e mais essenciais, de liberdade e democracia, de igualdade e solidariedade. E não calamos que a pobreza e a miséria, a precariedade e o desemprego são inimigos dos valores de Abril. Que a desesperança é o contrário do caminho de Abril. Que a impunidade da corrupção, dos crimes económicos e financeiros, dos

buracos da banca, da utilização indevida do erário público são afrontas à democracia. Que o seu maior inimigo é a subjugação do poder político pelo poder económico e a sua fusão num só.

Continuamos a lutar com a convicção de que o povo unido jamais será vencido.

Quem precisa de Abril nas suas vidas, quem precisa que a Constituição e os seus direitos se cumpram, tem a força para impedir retrocessos e é com a sua voz e os seus braços que fará cumprir Abril.

25 de Abril sempre.”

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÂNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Entidades Cívicas, Militares e Religiosas, Comunicação Social e Público presente.

“É com gosto que estou aqui hoje, para proferir algumas palavras, naturalmente despretensiosas e modestas, sobre o 25 de Abril.

Do 25 de Abril de que muito já se disse e muito se dirá ainda.

Do 25 de Abril de que alguns, poucos, se quiseram apropriar, como se fossem os donos.

O 25 de Abril, porém, não tem dono e se tem é Portugal e os portugueses.

Não é fácil, ao menos para mim, falar do 25 de Abril, quer pela vastidão das matérias suscetíveis de serem abordadas, face à sua conexão com o tema em causa, quer pelas diferentes perspetivas em que essa abordagem pode ser feita.

E há um risco na abordagem que por vezes se faz, na medida em que se transmite para aqueles, das gerações mais recentes, que não viveram o evento, apenas a ideia de que a data em si, a efeméride, se resume a algumas manifestações festivas que a propósito ocorrem.

Isto é, obviamente, defraudar o sentido da história, escamotear o essencial e, por consequência, prestar um mau serviço a essas gerações mais jovens.

Sem, naturalmente, esquecer ou renegar o passado, bem pelo contrário, afigura-se-me interessante e útil abordar o 25 de Abril em nome do futuro. Do futuro que esteja à medida de um povo e de uma nação que construíram, sabe Deus com que dificuldades, em rasgos de determinação, persistência e vontade, a sua história, a nossa história.

E citando:

"Podíamos começar por D. Afonso Henriques, passando pela aventura dos descobrimentos, até ao desastre de Alcacer Quibir, às expedições africanas de Serpa Pinto e Mouzinho, deixando aqui e ali, em toda a parte, a marca indelével da nossa presença e da nossa cultura.

Há que ler a história sem devoções acriticas e sem derrotismo, e se o fizermos encontraremos assinalável equilíbrio entre o uso do poder e a diplomacia (com D. João V e Pombal, com D. João VI levando a legitimidade da coroa para o Brasil) na defesa dos nossos interesses.

E verificaremos que foi criada uma cultura nova, que consolidou a fixação do europeu nos trópicos, fazendo próprio o lugar onde chegou, contudo, integrando-se nele." (fim de citação)

Parece útil recordar este passado mais distante, tarefa que se impõe, sobretudo, àqueles a quem cabe fazer a história.

É que esta só será bem-feita se não faltar a coragem para passar o testemunho.

Ninguém questiona a importância relevante das Lições da história, quer pelos exemplos que devem repetir-se, quer pelos erros que têm de evitar-se.

E são os factos passados que vão moldando a identidade das pessoas e dos povos, aquilo que é a sua personalidade e os distingue de outros.

No século passado os "ventos da história" sopraram um movimento anti-colonial. Os impérios inglês, francês, espanhol, belga, etc, foram ruindo.

Portugal não acompanhou ou não reconheceu esses ventos, talvez porque, com uma história diferente tinha mais a perder.

A verdade é que a conjuntura, aliada a um poder político descrente, fez com que os ventos fossem mais fortes.

Com o 25 de Abril as portas ficam escancaradas para uma descolonização orientada ideologicamente, e que não salvaguardou os legítimos interesses de todos, quer dos que ficaram, quer dos que partiram.

Remontamos a 11 de Março de 1975, em que o país foi declarado a caminho do "socialismo".

E isto precisamente quando na União Soviética já se adivinhava o seu fim.

Tudo isto entronca num projeto totalitário, que foi travado em 25 de Novembro, por ação dos partidos políticos, PS, PSD e CDS, de militares moderados e sobretudo do povo que aqui, no norte, deu um raro exemplo de resistência.

Decorridos 48 anos, importa reunir todos num novo projeto nacional, na defesa de uma identidade renovada, na perspetiva do futuro, não deixando de fora os portugueses espalhados pelo mundo e os povos de língua portuguesa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Talvez em poucos lugares como aqui, Mirandela, distrito de Bragança ou nordeste transmontano, como se queira, se possa afirmar com todo o rigor e inteira propriedade, que dos três dês inscritos no programa do MFA – Movimento das Forças Armadas (descolonizar, democratizar e desenvolver) falta ainda cumprir este último (desenvolvimento).

De facto, Bragança, ou o nordeste transmontano, são referidos, quase sempre em todos os lugares, como exemplo de atraso e subdesenvolvimento.

As assimetrias entre o litoral e o interior são notórias e gritantes, eloquentemente reveladoras de uma injusta e inaceitável discriminação e não apenas no plano económico, mas também sobretudo, nos planos social e cultural.

Perguntar-se-á naturalmente:

AA
AB
7/2

Mas não foi feito muito? Claro que foi. Mas o que nos deve preocupar não é o que foi feito. Sobretudo o que foi bem feito, mas o que falta fazer.

O argumento de que muito se fez (e que é verdade) não pode ser utilizado, como muitas vezes se faz, para silenciar o que não foi feito e devia ter sido.

Por mim, sem uma visão negativista, sem qualquer especial propensão para aflorar as questões pelo seu lado negativo, afigura-se mais útil, sobretudo mais útil, que a reflexão se faça, serena e seriamente, sobre o que urge fazer, para que, como alguém disse, Portugal, e neste caso especial Trás-os-Montes, se cumpra.

Em nome e na construção do futuro de que inicialmente falei.

Parece que todos estaremos de acordo que importa fazer, além do mais, o seguinte:

- Conseguir para os mais novos um equilíbrio justo entre expectativas, esforço, capacidades e oportunidades;
- A reforma dos sistemas sociais, em nome da solidariedade;
- Apoiar a família e reforçar a classe média;
- Apoiar verdadeiramente a agricultura e os agricultores;
- Transformar a igualdade de oportunidades numa realidade, em vez de mera declaração de intenções;
- Atacar os fatores que conduzem ao desemprego;
- Combater de facto a droga e todas as formas de dependência tornar participadas as grandes decisões nacionais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Celebra-se hoje o 25 de Abril, que, conforme já referi, não tem dono.

Os que se quiseram apropriar dele ainda falam hoje de outro 25 de Abril, o que dividia os portugueses no passado e continuaria a dividi-los. Daí que seja pertinente relembrar o 25 de Novembro e a justa homenagem que imortaliza no cinema o Capitão *Salgueiro Maia*, pelo decisivo contributo para a consolidação do 25 de Abril, travando o projeto totalitário que estava em marcha,

Quando se fala no 25 de Abril pensa-se, seguramente em democracia, e, liberdade.

Dir-se ia que é sinónimo de liberdade.

Liberdade que não pode ser uma simples palavra mas algo mais que tenha expressão prática na vivência de cada um e encontre a sua manifestação mais eloquente no respeito pela liberdade dos outros.

Dramaticamente, nos tempos que correm nunca esta palavra foi tão mal tratada, assistindo-se a um verdadeiro retrocesso civilizacional, em que nenhum direito se respeita e desde logo a liberdade nas suas diversas manifestações, incluindo a liberdade de viver.

De facto, as imagens de autêntico terror que diariamente entram nas nossas casas, onde a liberdade que se exercita é a de destruir tudo (apenas por destruir) e matar indiscriminadamente desde crianças, a mulheres e idosos, todos naturalmente inocentes e indefesos, que nenhum mal fizeram a ninguém, despertam-nos para a circunstância de que é um privilégio viver num país livre, num Estado de Direito democrático. Valeu de facto a pena fazer o 25 de Abril.

Senhor Presidente.

São longos, estreitos e penosos os caminhos que conduzem ao futuro que ambicionamos para aqueles que nos seguem, os nossos filhos, netos e bisnetos, e que eles inegavelmente merecem.

E o tempo não é muito,

Mas (e mais uma vez cito o Prof. *Adriano Moreira*) “ainda que o mundo acabasse amanhã valia a pena plantar macieiras”.

Muito obrigado.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Entidades Cívicas, Militares e Religiosas, Comunicação Social e Público presente.

“Estamos hoje a comemorar o quadragésimo oitavo aniversário do 25 de Abril. Este é o marco histórico que reergueu Portugal, devolvendo a dignidade ao povo português, foi realizado pelas mãos altruístas e corajosas dos militares do Movimento das Forças Armadas (MFA), que numa ação militar de características singulares, derrubaram o regime ditatorial, que durante cinco décadas oprimia a liberdade do povo português.

Volvidos 48 anos, do dia da Revolução, que se tornou tão só o mais significativo e importante marco da história de Portugal democrático, que originou a fundação de um Portugal novo, verifica-se que as Comemorações da Revolução dos Cravos têm vindo a perder importância e que as novas gerações, nascidas em plena democracia, não manifestam grande interesse sobre esta efeméride, que não faz mais sentido festejá-la, por ser um dado adquirido a liberdade e a democracia, sendo só importante para os “mais velhos”.

Ora essa!

Por todos aqueles que naquele dia enfrentaram com valentia e que desafiaram com cravos o poder das armas e que travaram lutas por todo o território, por um País livre, temos que manifestar-lhes a nossa indignação, até a bem das gerações vindouras, dizer-lhes com toda a clareza, o quanto estão errados, face à grandeza da conquista da liberdade, o que nos leva a concluir ser necessário junto destes homens e mulheres, fazer-se uma outra revolução, agora talvez cultural, talvez cívica e política, por forma a escrever uma nova história do 25 de Abril, neste novo século.

Hoje, mais do que nunca, evocar o 25 de Abril, não pode ser apenas mais uma celebração. Tem de ser uma renovação de compromisso com os pergaminhos da liberdade, legado aliás, que com todas as suas vicissitudes e defeitos, é o que melhor favorece a dignidade humana e das nações, a mesma que foi retirada recentemente e de forma tirana à nação ucraniana, causando

AA
AB
7/12

barbaramente terror, morte, refugiados, o pior cenário possível e inimaginável, mas tão real, às portas da Europa Continental global, a Europa de compromisso e de paz, nos últimos 80 anos.

A Bancada do PSD, manifesta solidariedade ao povo ucraniano pela dor e sofrimento de que são vítimas e reitera-lhes que é seu o direito a viver em paz, à sua autodeterminação enquanto povo e de se constituir como um Estado independente, livre e democrático.

É evidente que devemos ser solidários e recordar que a história nos ensina que a democracia e a liberdade, não podem ser dadas como adquiridas e que são um bem a preservar e a salvaguardar seja onde for.

Estranhamente observamos o PCP, que julgamos agora verdadeiramente mais democrático, depois de se ter coligado com o PS numa ação governativa, a defender regimes opressores e ditaduras, mantendo-se em linha e na mesma ortodoxia do passado, quando internamente, paradoxalmente, se acha o grande partido arauto da conquista da liberdade para Portugal.

A posição do PCP jamais poderá ser compreendida.

“O que queremos para Portugal, desde 25 de Abril, é o que defendemos para o povo europeu ucraniano.”

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje é um dia para lembrar o Movimento das Forças Armadas, que traçou três objetivos à Revolução dos Cravos: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver, chamados os “3 Ds” de Abril.

A Democracia, o primeiro D – Está como *Churchill* nos disse que seria, *“A Democracia é a pior forma de governo, à exceção de todas as outras já experimentados ao longo da história.”*;

A descolonização, o segundo D – Que as gerações que não a viveram, reencontrem na cultura e na pátria da língua, pontos de união e não de separação;

Desenvolver, o terceiro D – O desenvolvimento de um país, como aliás, a defesa da democracia, são tarefas permanentes, em bom rigor jamais terminadas.

Na saúde, Portugal na década de 70, havia 94 médicos por 100 mil habitantes. Hoje rondarão os 500 médicos por 100 mil habitantes. Os partos em estabelecimentos de saúde, eram cerca de 37,5 %, quando hoje a taxa é de 99 %.

A taxa de mortalidade infantil, onde Portugal é campeão face aos demais países, caiu de 77,5 por 1.000, (bem longe dos 25,5 que existiam na Europa na altura), para os atuais 3,4 por 1.000, (abaixo, veja-se, dos 3,9 da Europa dos dias de hoje).

“Ou seja, em termos de saúde, quase todos os dados transportaram Portugal do terceiro mundo, para a linha da frente dos países desenvolvidos, em apenas duas décadas.”

Na educação, em 1970, havia pouco mais de 15 mil crianças no ensino pré-escolar. Hoje rondam as 300 mil. A taxa real de escolarização era baixíssima.

Havia pouco mais de 50 mil professores, enquanto hoje existem 150 mil. Em 1970, 25,7% da população era analfabeta. Em apenas 10 anos pós 25 de Abril, já tínhamos reduzido o analfabetismo para 18,6% e hoje andarás próximo dos 5%.

Na habitação temos o dobro das casas com eletricidade e água canalizada, sendo hoje quase 100%. Mesmo no que toca ao crescimento puro e duro, ou seja, a evolução do PIB per capita, do rendimento e da remuneração dos trabalhadores, a diferença também é significativa.

Só por nítida má-fé alguém poderá negar o facto de que o propósito do melhoramento da qualidade de vida dos portugueses não se cumpriu, tal é a evidência em todos os sectores da sociedade portuguesa e os indicadores de organismos internacionais confirmam-no.

De facto, hoje, temos mais médicos, mais professores, mais polícias e melhor rede viária.

Temos um Serviço Nacional de Saúde que funciona mal, mas existe e é de todos nós e a todos nos protege nos momentos de maior vulnerabilidade, como se verificou agora na pandemia Covid-19.

Temos um sistema de Segurança Social imperfeito. Mas temo-lo. As reformas são baixas? São, mas acodem a todos, e não só a alguns.

Em 48 anos de abril acertamos em muito e falhámos noutra tanto. Mas este País já não é aquele. Nunca ninguém disse que cumprir abril era tarefa só dos nossos pais e avós. Não é. Onde eles falharam teremos nós de acertar. A responsabilidade é nossa e dos nossos filhos, pelo que lembrar a revolução de abril às novas gerações, é ou devia ser um dever constitucional.

Contudo, temos quase 4 vezes mais idosos para cada jovem, e que desafio isso nos coloca a Portugal e à Europa. A inversão da pirâmide demográfica, leva a que países mais periféricos da Europa e mais pobres, tenha problemas associados à de perda de população, zonas territoriais mais desertificadas e pouco povoadas, realidade ajustada a Portugal e ao interior do país, e ao concelho de Mirandela.

Apesar de tudo, com crescimentos moderados, em primeiro lugar crescimento e só depois em menor grandeza o desenvolvimento foi extraordinário. Portugal é hoje exemplo numa série de domínios, desde no setor da saúde ao papel da mulher na sociedade.

Tínhamos também os “3Fs” - Fado, família e futebol.

Nem tudo era mau no Estado Novo.

Contudo, Portugal viveu recentemente (na última década), um período particularmente difícil da sua história, vítima da crise mundial, a crise do *Subprime*, dos especuladores financeiros e de uma Europa à deriva e comandada por um diretório alemão, subjugando até a Comunidade Europeia. Portugal teve de se sujeitar a viver, em pelo menos três anos, numa espécie de regime de duodécimos, recebendo, a conta-gotas, as tranches desbloqueadas pelas instituições internacionais para fazer face às necessidades domésticas, pagando Portugal para o efeito, como normalmente acontece com a perda de soberania, em algumas áreas estratégicas, com as exigidas privatizações.

Esta triste realidade vivida, leva-nos a pensar que o País de facto cresceu muito em vários domínios, mas talvez não nos tenhamos desenvolvido o suficiente, por forma a nos tornarmos um País autossustentáveis, assim evitarmos os 3 pedidos de ajuda externa

AA
AB
7/12

acionados, período pós 25 de abril de 74, causando problemas sérios à democracia e à liberdade, porque o programa de ajustamento exigido pelas instâncias internacionais fez-nos regressar ao nosso crescimento vs desenvolvimento, colocando em causa uma boa parte dos direitos adquiridos em abril de 74, no caso a soberania de um povo e de uma nação, a sua democracia e liberdade.

O esforço obstinadamente exigido aos portugueses teve consequências desastrosas para o País, para as famílias e para as empresas. Como se não bastasse, Portugal foi vítima dos fogos de verão, que denunciou novas fragilidades estruturais dos países, que os portugueses inseguros ainda não esqueceram, por último, a crise pandémica do Covid-19, com enormes prejuízos económicos, à escala mundial, onde os países mais pobres, terão mais dificuldades na mitigação dos seus prejuízos, como Portugal.

Depois de realçar os “3Fs” - Família, Fado e Futebol, os verdadeiros opiáceos do Estado Novo, como estado de sucesso, mas que só nos podiam distrair da guerra colonial, do isolacionismo no mundo, da miséria e fome a que estávamos condenados a viver, ao falar-vos dos “3Ds” - Democracia, democratizar e Desenvolver, aliás, lema libertador de compromisso pelos militares do MFA, face ao futuro de Portugal, chama-vos atenção para os “3 Ds” da pobreza - Desemprego, Doença e Divórcio.

As conclusões são do estudo “Pobreza em Portugal, promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que de forma sucinta concluiu os seguintes dados:

1. Que em Portugal, um quinto da população portuguesa é pobre e um em cada três pobres tem emprego estável, mas na sua maioria estão em situação de pobreza porque auferem salários baixos (501,2 euros) ou têm empregos precários;
2. O grupo dos menores de 18 anos é o mais vulnerável. Têm uma taxa acima da global, e são os que serão mais afetados pela pandemia, visto nem sequer terem emprego;
3. Contudo, a pandemia trará mais “regressados à pobreza” do que “novos pobres”. As pessoas que caíram em situação de pobreza devido à pandemia serão quem saiu e regressou a essa condição e quem já se encontrava em cenários de vulnerabilidade, e não “novos pobres”.
4. Os “vulneráveis empobrecidos” estão também na restauração e serviços. Quem trabalha em setores como o turismo, a restauração ou os serviços em geral está particularmente vulnerável ao desemprego. Quem tem vínculos precários ou informais também está mais suscetível de passar a viver num contexto de pobreza.
5. O que leva alguém a passar para o lado de lá da pobreza, é a população vítima de doença ou a morte, que ajuda a explicar porque é que estão na situação difícil em que estão, que são maioritariamente o perfil dos reformados, mas também dos desempregados, em particular os de longa duração.

Portanto, a pobreza é mais profunda do que se julga. Essas pessoas que verdadeiramente entram pela primeira vez em situação de pobreza, apesar de tudo, continua a ser uma minoria. Claro que existe, claro que está a aumentar agora com a crise, mas não é isso que é o cerne da pobreza em Portugal.

A pobreza em Portugal é mais estrutural do que pontual, é contextual, é geracional por ser resultante da condição de pobreza do agregado familiar. A pobreza em Portugal herda-se.

De facto, existe muito a fazer por conquistar. Apesar dos ganhos de crescimento serem evidentes, sobretudo ao nível das infraestruturas básica e essenciais, muito à custa dos fundos europeus, os mesmos que ainda não foram o suficiente para modificar os índices socioeconómicos de Portugal, para um país verdadeiramente de nível europeu.

Hoje, 48 anos passados da revolução de abril, ainda é pela Liberdade e aprofundamento da Democracia que temos de lutar. O desafio tem vários nomes, mas não deixam de exigir uma grande coragem e esforço: por força das circunstâncias vigentes e sentidas por todos, é impedir que, pela primeira vez desde o 25 de Abril de 1974, os nossos filhos vivam pior do que os pais.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara.

O presente obriga-nos a voltar a Abril e encontrar a inspiração para enfrentar as dificuldades do nosso tempo, lutando, hoje como há 48 anos, pela dignidade do povo português.

Não esqueço, neste momento, as palavras inspiradoras do senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, ditas num momento particularmente difícil para Portugal - Portugal tinha que se reinventar.

Einstein dizia: -os problemas que enfrentamos hoje nunca podiam ser resolvidos com o mesmo pensamento de quando surgiram.

Portugal, com 900 anos de história precisa ser reinventado, precisar; que seja possível não. Temos defeitos ancestrais como a pobreza endémica, empresários dependentes do Estado, Estado onnipotente e só grande fatalidade em relação às desgraças.

Não tenhamos dúvidas: nenhuma crise se resolve contra a Democracia.

Portanto meus amigos, permitam-me esta afetividade. Os problemas de Portugal democrático só podem ser resolvidos com política. Com mais e melhor Política. Com melhores políticos. Com melhores partidos, com melhores leis, com melhor justiça, com melhores empresários. Com melhores professores e com melhor povo. Porque depois vamos estabelecer melhores compromissos, melhores pontes e melhores parcerias, com o mundo todo. A começar por quem tem mais responsabilidades democráticas: os governos, sejam eles nacionais ou municipais.

Num momento tão exigente como aquele que o País atravessa, isso é ainda mais imperioso. Somos nós, os políticos, os primeiros quem tem de dar o exemplo, dialogando com todos os atores da sociedade, para melhor poder responder aos anseios e expectativas das populações, a bem do 25 de abril de 74, e contra o discurso de radicalismo político que parece voltar com mais razões.

Quando, em outubro de 2017, o PSD que ainda presido, assumimos o compromisso de estabelecer um amplo diálogo social e de fazer política para as pessoas e com as pessoas, se bem nem tudo correu como o previsto, estávamos, afinal, a reafirmar uma das maiores conquistas da revolução: o Poder Local. E a credibilizá-lo. Se queremos credibilizar a ação política, temos de ser nós, os políticos, a dar o exemplo, a começar pela autarquia local, que sentimos que se iniciou um novo ciclo político em 2017, em Mirandela.

Não se trata de mera retórica política. Nós passámos das palavras aos atos, porque o compromisso que assumimos em outubro de 2017 tem a força moral de um contrato assumido com a população de Mirandela.

Pelo que não é retórica política com o discurso que proferimos, nesta Assembleia Municipal na sessão solene comemorativa do 25 de Abril;

Não é retórica política quando nos integramos nas nossas listas mais jovens por forma a estimular e qualificar a participação cívica da população do mais jovem concelho.

Não é retórica política na Assembleia Municipal quando votamos como votamos orçamentos do Município;

Não é retórica política quando reclamamos pelo Orçamento Participativo Jovem, para chamar os jovens à participação cívica e democrática;

Não é retórica política quando aprovamos as medidas fundamentadas pelo executivo de Júlia Rodrigues;

Não é retórica política quando aprovamos o protocolo de apoio às juntas de Freguesia, nesta assembleia;

Não é retórica política quando aprovamos subsídios a favor da atividade das nossas associações e as empresas, e outras forças motoras do desenvolvimento do concelho;

Não é porque não pode ser mera retórica política, quando o exercício político tem uma dimensão política, económica e social, séria, porque tem impacto direto na qualidade de vida da nossa população, a quem devemos servir sem reservas.

Também aqui sentimos que estamos a cumprir Abril!

Na discussão do orçamento de 2022, o eixo I - Emprego, Economia e Competitividade, que diz respeito à economia local, esteve no centro das atenções das políticas municipais, por julgarmos ser o setor chave para a mudança de paradigma do desenvolvimento do concelho de Mirandela.

Mas o principal flagelo do concelho de Mirandela é o Declínio Demográfico. A perda de população acentuada verificada, tem-lhe retirado a capacidade de regeneração social e consequente afirmação económica.

Esta perda de população leva à perda de economia, se existe perda de economia diminuem as oportunidades de fixar a população, sobretudo os mais jovens. Esta “pescadinha de rabo na boca” não há população, não há economia, se não há economia não há gente” está-nos a impedir de nos regenerarmos socialmente, que é o mais grave, quando a maioria da nossa população vive do ordenado mínimo, do subsídio de reinserção social, onde há também um número significativo da população que não paga IRS e também um elevado número de reformados, enfim. Se nada for feito caminhamos a passos largos para o abismo, pelo que urge implementar políticas de discriminação positiva a favor na nossa região e concelho.

Neste sentido, Senhora Presidente *Júlia Rodrigues*, urge dar respostas imediatas às seguintes questões, por parte da Câmara Municipal, e outras ficando para o Governo e para a Europa:

- Como aumentar os níveis de emprego jovem, de forma a fixar no concelho os licenciados que as nossas escolas formam?
- Como valorizar os seus recursos e atividades económicas, assim como atrair investimentos, indústrias e serviços?
- Como Mirandela e o seu território devem aproveitar o *boom* turístico do norte do País?
- E como valorizar um concelho e uma região que sob o ponto de vista político conta pouco, já que o seu peso eleitoral é cada vez menor?
- Como reduzir as assimetrias existentes entre o interior e o litoral, quando verificamos que a região Norte de Portugal onde nos inserimos ser a que menos cresce no contexto nacional?

Política é apresentar soluções, para honrar Abril.

No orçamento de 2024, no eixo de economia local, com grande estranheza nossa, não vimos qualquer referência ao Complexo Agroindustrial do Cachão, grande bandeira eleitoral nas eleições de 2017, em contrapartida, o Programa de Recuperação e Resiliência, ganha todo o destaque, como sendo a grande panaceia, o pretense remédio europeu para a resolução de todos os males, que nos afligem.

Honrar Abril é também honrar a retoma de atividade deste tão emblemático complexo industrial.

Contudo, honrar Abril, é os políticos não gastarem aquilo que não temos, porque o dinheiro que é de todos deve ser aplicado com critério e parcimónia.

Honrar abril é fazer investimentos municipais reais, isto é, que produzam riqueza, numa lógica de continuidade administrativa, suportados também por fundos europeus, não existindo mais espaço para experimentalismo e para o aventureirismo, que retira recursos para os tempos vindouros.

Honrar Abril, é que neste processo de descentralização de competências nas áreas da saúde, educação e Segurança social em curso, o Estado, pessoa de bem, faça com que as mesmas venham acompanhadas do respetivo envelope financeiro, de direito.

Que Abril honraremos, quando se perspetiva que uma reestruturação do setor das águas em Portugal que vai agravar significativamente a fatura da água dos consumidores?

Nós, cá continuaremos na Assembleia Municipal com espírito de missão, tentando, nestes tempos conturbados e de incerteza, não deixar ninguém para trás no nosso concelho, porque tanto o sol como abril nasceram para todos.

Não baixaremos os braços, nem nos vamos resignar. Porque isso seria trair Abril!

E também não perdemos tempo a olhar para trás, na encruzilhada dos números da última derrota eleitoral. Porque olhos postos no futuro é o caminho, até que os problemas são muitos, visto que Mirandela perdeu 10% de população nos últimos 10 anos, assim como os perderem 1.300 alunos as nossas escolas, como seria importante aumentar as taxas de natalidade, visto que o número de idosos em 10 anos aumentaram o seu peso de 24% para 28% na população total local, assim como aumentar o poder compra dos mirandelenses, de 958 euros, para se aproximar dos valores médios nacionais do 1206 euros e diminuir a taxa de desemprego de 7%, quando a média nacional é de 5,8%;

A fim de dar respostas aos mirandelenses o desenvolvimento económico do concelho, a promoção do bem-estar social das nossas populações, assim como elevação da organização da governança autárquica, serão os nossos grandes desígnios pelo qual pautaremos o nosso exercício de ação política nesta Assembleia Municipal.

Ao longo destes 5 anos de oposição, temos a noção que temos estado à altura dos tempos, honrando Abril.

A fundação do PSD foi particularmente importante para o movimento revolucionário, pois marcou a democracia, abrindo as portas à pluralidade democrática, no qual Sá Carneiro despertava consciências com grande notoriedade, visto que outros líderes viviam na clandestinidade.

E também temos a certeza que continua a fazer sentido celebrar Abril. Hoje como há 48 anos – Viva o 25 abril, de 74; Viva o Poder Autárquico Democrático, Viva Mirandela.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Entidades Cívicas, Militares e Religiosas, Comunicação Social e Público presente.

“É com enorme felicidade e prazer que estou hoje aqui a celebrar o 25 de abril nesta Assembleia.

Hoje, dia 25 de Abril de 2022, é um dia especialmente importante.

É a primeira vez que celebramos a data da nossa conquista de liberdade tendo passado mais tempo desde a mesma do que a duração da “longa noite da ditadura”.

Celebramos hoje uma democracia madura, consciente e completa,

Celebramos hoje uma constituição, que entrou em vigor há precisamente 46 anos, e é o garante do nosso modo de vida e o nosso fiel seguro de direitos que nos são e serão todos os dias postos à prova. Estes 2 anos de pandemia foram a mais evidente prova disso mesmo.

Há uma realidade do que era o nosso país antes, e há a realidade do que somos hoje. Algumas vozes, certamente pouco esclarecidas ou com uma questionável visão da verdade, que apregoam que “antigamente é que era bom”. Temos a obrigação e o dever de manter a realidade dos factos preservados, a história intocada, tal como ela aconteceu, educando-a e incutindo-a naqueles que como eu não a viveram na primeira pessoa mas são filhos da revolução. Não podemos deixar de o fazer às gerações vindouras. Temos a obrigação e o dever de o fazer aos nossos descendentes! A memória, tal como uma chama, apaga-se se não for alimentada e aivada.

Somos todos beneficiários de uma revolução que hoje celebramos, e que mudou a nossa vida, senão vejamos:

Na educação, em pouco mais de 40 anos, passamos de uma percentagem de pessoas que não sabem ler nem escrever de 25.7 para 5.2%, e de licenciados de 3.78% para 37.4%.

O número de estudantes no ensino superior passou de 58 mil para perto de 420 mil e o número de instituições de ensino superior passou de pouco mais que meia dúzia para uma centena, espalhadas por vários polos, tão dinamizadores do interior e mitigadores dos problemas da falta de centralidade que grande parte do país sofre.

Passamos duma taxa de mortalidade infantil, que era à data do 25 de abril de 1974 das mais elevadas dos países desenvolvidos, de 38 por mil nascimentos para uma taxa de 3.3 por mil nascimentos.

Conseguimos, em pouco mais de 40 anos, passar de uma taxa de cobertura de rede de saneamento de 60% em 1974, para uma taxa de 99.49%. Tínhamos, sem qualquer dúvida, um país mais pobre, atrasado e desigual.

Aumentamos a esperança média de vida de 70 para 83 anos.

Escola para todos, sem diferenças sociais.

Criamos o Serviço Nacional de Saúde, e criamos toda uma rede de apoio social. Reformas mais dignas e apoio no desemprego. Apoios na criatividade e no empreendedorismo. Liberdade de escolha com toda uma rede de apoio. A potenciação do elevador social. A hipótese do sucesso só dependente das potencialidades da pessoa, independentemente da sua origem, e apoiada por uma escola, pública e única, que apesar de dificuldades evoluiu e criou as bases da nossa sociedade moderna. A evolução é gritante. Haveria muitos mais exemplos que aqui podia dar mas todos levariam ao mesmo: A conclusão indubitável que somos um país muito melhor hoje do que eramos no dia 25 de abril de 1974.

São estas conquistas, que hoje aqui celebramos, que não podem ser esquecidas e que nunca vamos permitir que sejam esquecidas.

Confesso-vos que estive relutante em escrever estas palavras até ontem à noite. Estive à espera dos resultados das eleições presidenciais francesas. É nisto que estamos. Neste limbo emocional, e consequentemente político, em que vemos as nossas lideranças e as nossas convicções, o nosso modo de vida, duma democracia liberal, plural e tolerante, ameaçado como nunca, que vivemos. Os resultados que temos tido por esta Europa fora devem-nos fazer refletir sobre o que estamos a fazer. A evolução dos mesmos assusta-me! Os nossos erros enquanto atores de poder, e também temos de os assumir, estão a permitir a ascensão a quem queira destruir o nosso modo de vida, e destruir aquilo que foi conquistado, com tanto esforço e sofrimento no 25 de Abril de 1974. Temos de fazer mais e melhor!

Mas nestes tempos em que a memória parece esmorecer, em que cada vez mais se cria uma dinâmica e um guião de reescrita da história é nossa missão, aliás nossa obrigação manter a chama bem viva e não baixar os braços nem ceder às novas estórias.

Noutra sessão desta assembleia, que muito me orgulha pertencer, referi que vivemos “tempos conturbados, mas férteis de individualismos e sebastianismos fugazes, produtores de extremismos estranhos e exacerbados”. Passado 6 meses o alerta mantém-se atual.

Há linhas vermelhas que cada vez vão ter de ser mais marcadas, vincadas, realçadas e sublinhadas. Um ditado alemão antigo, da resistência antifascista, dizia que se 10 pessoas estão sentadas numa mesa e um fascista se senta e ninguém se levanta, então passa a haver 11 fascistas nessa mesa. Os tempos que vivemos e os que iremos viver estão para isso. Cá estaremos para o contrariar. O Partido Socialista esteve e estará sempre do lado certo da história!

Esta é a altura, nestes bem aventurados 48 anos de democracia que hoje aqui celebramos, em que a mesma se vê mais cercada por quem não a aprecia. Alias, por quem dela não gosta. Temos os exemplos por esta Europa fora e temo-los bem dentro da nossa casa da democracia.

Celebremos a diferença, a diversidade e o respeito pela democracia e pelos direitos, mantendo essas linhas!

Seja bem-vindo quem vier por bem! Honremos a nossa história! Só isso.

Pois bem.

Senhor Presidente

Senhores Secretários.

Senhora Presidente.

Senhores Vereadores

Senhores Deputados.

Meus amigos.

Cabe-nos a nós defender a nossa democracia.

A revolução de 25 DE ABRIL de 1974 foi feita por uns quantos militares, incrivelmente corajosos e abnegados, que mudaram a nossa vida e a quem devemos a democracia.

O mínimo que nós podemos fazer, enquanto eleitos locais, é honrar a sua coragem e fazer, com a mesma coragem, o melhor por Mirandela.

Custe o que custar.

Viva a Liberdade.

Viva Mirandela.

Viva o 25 de abril.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Senhora Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, Excelentíssimas Autoridades Militares, Civas e Religiosas, excelentíssimos convidados, representantes da Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores.

Nos meus 17 anos de idade, então aluno do liceu de Mirandela e, sem dúvida beneficiário da reforma educativa iniciada anos atrás, pelo então Ministro da Educação *Veiga Simão*, que permitiu o acesso ao ensino às classes mais desfavorecidas, recordo o dia 25 de Abril de 1974, e a notícia da Revolução durante uma aula de religião e moral. Nos meses que o antecederam, recordo ainda as noites de trabalho na relojoaria com o meu pai, e os ouvidos atentos às surpreendentes notícias sobre o país emitidas pela radio voz da Alemanha. Tenho viva a memória de muitos momentos de angústia exprimidos pela minha mãe, perante a inevitável possibilidade de engrossar as fileiras de jovens mobilizados para a guerra colonial. Como muitos outros, testemunhei as extraordinárias transformações que fomos capazes de fazer, como sociedade e como país, ao longo dos 48 anos de história democrática em liberdade.

Recordo aqui o caminho que percorremos como país, traduzido em indicadores epidemiológicos muito relevantes nas sociedades modernas: a melhoria da esperança de vida, a diminuição dos índices de pobreza, a diminuição da mortalidade infantil, da taxa de analfabetismo e dos níveis de iliteracia. É extraordinário o que fizemos na melhoria do papel da mulher na sociedade, na melhoria das acessibilidades, na melhoria das condições higieno-sanitárias das populações, no acesso a cuidados de saúde, no acesso ao ensino, sobretudo no acesso ao ensino superior.

Talvez seja unânime considerar que o país onde hoje vivemos, pouco tem a ver com a realidade do país no dia 25 de abril. Este caminho de 48 anos de liberdade em democracia, só foi possível com o esforço e contributo do grosso da nossa sociedade. Que percorreu um caminho com momentos difíceis, muitos erros, muitas incertezas e angústias, mas com momentos extraordinários, tendo subjacente um povo capaz de se suplantar nos momentos mais difíceis.

O constitucionalista, Prof. *Jorge Miranda*, afirmou que existiram três 25 de Abril:

O primeiro 25 de Abril (1974) é a rutura com o regime anterior e o abrir de um horizonte de esperança assente na restauração das liberdades públicas e no fim da guerra de Africa.

O segundo 25 de Abril (1975) é a eleição da Assembleia Constituinte, equivalente à passagem do poder constituinte material ao poder constituinte formal.

O terceiro 25 de Abril (1976) corresponde à entrada em vigor da Constituição que a Assembleia viria a elaborar depois de uma árdua caminhada de dez meses e, com essa entrada em vigor, ao termo do interregno revolucionário e institucionalização do regime democrático.

Citando trabalho do Prof. *José António Ferreira*, “a 25 de abril de 1974, o município era uma instituição administrativa e politicamente diminuída, resultado do modelo centralizador que presidiu à organização administrativa do Estado Novo. As autarquias não dispunham de receitas próprias e estavam sujeitas a apertada tutela administrativa. Os presidentes de câmara e regedores de freguesias eram nomeados pelo poder central.

Em 25 de abril de 1975, quando se realizaram as eleições para a Assembleia Constituinte (exatamente um ano após o 25 de abril), estava consumada a rutura com o corporativismo das estruturas do poder local do Estado Novo. Havia já um espírito suficientemente democrático, e a experiência política e social acumulada, para definir um novo quadro jurídico para novas autarquias que assegurasse a participação ativa dos cidadãos na vida das suas comunidades locais, assim como uma autonomia e descentralização efetiva, reclamada por todos os partidos e pelas populações.

Com efeito, as duas ideias força reivindicadas, isto é, a restauração descentralizadora da tradição municipalista portuguesa e a autonomia das autarquias locais, teriam acolhimento no quadro da elaboração da nova Constituição de 1976.

AA
AB
7/12

A 2 de abril de 1976, a Assembleia Constituinte aprovava a nova Constituição da República Portuguesa, consagrando na sua arquitetura institucional um modelo de democracia pluralista, assente numa nova ordem jurídico-constitucional, baseado, entre outras normas, num poder local autónomo.

A nova Constituição de 1976 distingui-se-ia das que a precederam trazendo um avanço em relação a elas na criação de um verdadeiro e forte poder local no nosso país. Isto é, o poder local passou a ser constituído por autarquias locais dotadas de autonomia e de órgãos democraticamente eleitos. A descentralização política e administrativa através da autonomia das coletividades territoriais transformou-se numa das características mais notáveis da estrutura do Estado neste período histórico”.

Continuando a citar o Prof. José António Ferreira, “Na nova ordem constitucional, as autarquias locais foram fixadas como órgãos integrantes do Estado unitário, em que este respeita na sua organização e funcionamento os princípios da autonomia das autarquias locais, definindo estas, como pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas, redefinindo as relações entre o poder central e o poder local. Assim as autarquias locais são formas autónomas de administração e não qualquer forma de administração indireta do Estado.

As categorias de autarquias locais consagradas foram, as freguesias, os municípios e as regiões administrativas, estas últimas não foram, porém, até hoje instituídas.

De entre os seus órgãos, fixou-se a existência de uma assembleia deliberativa e de um órgão colegial executivo perante ela responsável, sendo a câmara municipal e a junta de freguesia órgãos executivos e a assembleia municipal e a assembleia de freguesia órgãos deliberativos.

A organização e as suas atribuições, bem como a competência dos seus órgãos, respeitam o princípio da descentralização administrativa.

A Constituição de 76 consagrou, ainda, que as autarquias locais têm património e finanças próprios, estabelecendo que o regime das finanças locais visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias. Este normativo constitucional inovador, na prática, consagra a autonomia financeira das autarquias que inclui a autoridade de elaborar orçamentos e planos de atividade próprios, sem qualquer tipo de aprovação posterior pela administração central do Estado. A rutura com a ordem constitucional de 1933 neste domínio traduziu-se tanto na autonomia como na democracia municipal.

Com as disposições constitucionais relativas às autarquias locais e com a promulgação de legislação eleitoral específica, chegava ao seu termo o período transitório em que juntas de freguesia e câmaras municipais haviam sido geridas por comissões administrativas ad hoc, escolhidas ou nomeadas pelas novas forças políticas, que substituíram os titulares dos órgãos municipais do antigo regime. Estavam, então, reunidas todas as condições para que se realizassem, em Portugal, as primeiras eleições, genuinamente democráticas, para as autarquias e órgãos do poder local que ocorreram a 12 de Dezembro.

Realizadas as primeiras eleições autárquicas inteiramente livres e democráticas da história contemporânea portuguesa, instaladas as câmaras municipais e demais órgãos autárquicos, previstos na Constituição, faltava edificar, quer do ponto de vista legislativo quer do ponto de vista organizacional e funcional o poder local democrático. Assim veio a acontecer. Sucessivamente foram publicadas as leis sobre atribuições e competências (1977) e finanças locais (1979)”.

Fim de citação.

Garantiam-se, assim, as bases da afirmação crescente do poder local, reconhecidamente de importância crucial para a consolidação da democracia.

O poder local é o coração da democracia, é o rosto humanizado do poder, com todas as suas forças e fraquezas. Pela sua importância estratégica é necessário e indispensável dotar, cada vez mais, o poder local dos meios administrativos e financeiros que visem maior grau de autonomia. São cada vez mais necessárias iniciativas legislativas, facilitadoras do desenvolvimento regional, com visão desconcentrante e descentralizadora de decisão. Um poder local com envolvimento crescente, interventivo nas políticas sociais da habitação, da educação, da saúde e no combate das desigualdades. Com uma matriz agregadora intermunicipal de vocação local e regional, que seja decisiva na inventariação, identificação e procura de soluções integradoras, sobre questões essenciais das populações alvo: saúde, educação, habitação, segurança, políticas de criação de emprego. Que corrija desigualdades e assimetrias dentro das próprias regiões.

Senhoras e Senhores Deputados.

Em 25 de Abril foi traçado um caminho, que levou o país a assumir um lugar com um papel muito relevante na comunidade internacional. Comemorar o 25 de Abril é comemorar o Portugal de vocação europeísta , atlântica, de expressão cultural e linguística lusófona . É comemorar o Portugal que aderiu à Convenção Europeia dos Direitos Humanos e ao projeto de paz e desenvolvimento da CEE/ EU, um país aberto ao mundo e profundamente humanista. Hoje, certamente, não imagináramos este percurso sem a integração europeia.

Desde há cerca de dois anos que todos estamos conscientes dos desafios colocados pela pandemia. Desafios que foram e têm sido extraordinários. A rede de sinergias criada pelo modelo europeu, aliada à rede do conhecimento do mundo ocidental, resultou em inquestionáveis benefícios: a partilha de informação e investigação em tempo real. Processo que culminou com o desenvolvimento, produção e distribuição de vacinas. Desde a notificação do primeiro caso de infeção por Covid até a administração da primeira vacina, decorreram 9 meses e três dias. Tal qual a duração de uma gestação! Todos testemunhamos a qualidade da resposta do país, fundamentalmente do poder local a esta pandemia. Percebemos o valor do SNS, que esteve à altura das circunstâncias, uma autêntica criação de Abril. Como acontece em muitos domínios, uma vez mais fomos capazes de ser referência, entre os melhores, na forma como implementamos o respetivo programa vacinal. Programa decisivo no combate à pandemia, hoje com evidência científica inquestionável, por ter permitido salvar centenas de milhares de vidas.

A pandemia também condicionou e antecipou muitas oportunidades de mudança, alertando-nos para outras ameaças presentes e futuras. Mas se não soubermos aprender com a pandemia, as suas consequências serão ainda mais negativas.

Vivemos tempos de incerteza. O mundo não parece melhor, os diversos estudos produzidos dizem-no mais desigual. O impacto da ação humana no clima é cada vez mais preocupante. As sociedades estão em rápida transformação. Sopram ventos de intolerância, radicalismo e xenofobia. O mundo europeu enfrenta, às suas portas, uma guerra até há pouco impensável. De inevitáveis consequências para todos nós.

Estamos no início de um novo ciclo político, de uma nova legislatura, que requer uma sociedade ambiciosa, exigente, onde os cidadãos tenham um papel politicamente cada vez mais interventivo e participativo. Uma sociedade que transforme os erros em oportunidades de mudança e melhoria.

A existência desta Assembleia Municipal só é possível porque aconteceu o 25 de Abril.

Comemorar o 25 de Abril é celebrar um país mais livre, democrático, mais justo e mais solidário. É celebrar a autodeterminação do povo português.

É celebrar um povo cada vez mais livre e esclarecido.

É celebrar e homenagear todos aqueles que lutaram para que hoje estivéssemos aqui, neste ambiente responsável e plural, a honrar os princípios fundacionais da nossa democracia representativa.

É também lutar e trabalhar por um Portugal ambicioso e desenvolvido.

O dia 25 de Abril de 2022 tem de ser o dia da esperança para todos nós.

Viva o 25 de Abril.

Viva Mirandela.

Viva Portugal.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Findas todas as intervenções desta Sessão Solene do 25 de Abril da Assembleia Municipal, permitam-me, no seu encerramento, citar uma pequena parte do poema “Abril de Abril” de *Manuel Alegre*:

“... *Era um Abril comigo Abril contigo*

ainda só ardor e sem ardil

Abril sem adjetivo Abril de Abril.

Era um Abril na praça Abril de massas

era um Abril na rua Abril a rodos

Abril de sol que nasce para todos. ...”

Feliz Dia da Liberdade para todos.

Viva o 25 de Abril.

Viva Mirandela.

Viva Portugal.

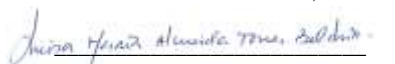
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 12 horas e 30 minutos.

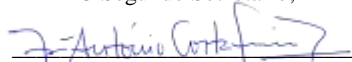
O Presidente da Assembleia Municipal;


Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira